

Etnicidade e os Media: o “arrastão” de Carcavelos na Imprensa

José Ricardo Carvalho, Universidade da Beira Interior, Portugal

Abstract

Este artigo centra-se no evento mediático que ficou conhecido como “arrastão” da praia de Carcavelos, examinando as representações que a imprensa desenvolveu nos dias seguintes e que formaram um discurso de colectivação e culturalização racial de um grupo minoritário dentro da sociedade portuguesa. Antecedendo a análise empírica, o artigo revê o conceito de etnicidade, assim como remete para um conjunto de pesquisas que sugerem estar a etnicização simbólica de alguns descendentes de migrantes na Europa mais ligada aos “grandes média” nacionais – e particularmente ao género jornalístico – do que associada aos “média étnicos”, a que as ideologias nacionais costumam atribuir a reprodução de diferenças culturais.

Introdução

As identidades nacionais resultaram de um processo histórico que implicou não só a construção interna das ideias de semelhança e comunhão, como também as noções de diferença e alteridade face ao exterior (Smith, 1991). A marcação constante dessa oposição, entre o “nós” e o “eles”, é um dos traços do senso comum nacionalista, que funciona como imperceptível ideologia do quotidiano (Billig, 1995). Nesse sentido, a nação é uma *representação da afinidade* socio-cultural que a hegemonia moderna da identidade nacional levou a impor-se simbolicamente às heterogeneidades interiores aos estados, representando uma solidariedade entre ricos e pobres, rurais e urbanos, iletrados e intelectuais. A nacionalidade comum é, pois, uma identidade não apenas no sentido de identificação com, mas também de idêntico a, de identidade entre sujeitos *representados como* fundamentalmente semelhantes (Hall, 1993).

Nos processos de recomposição nacional com que as sociedades europeias procuram acomodar os migrantes e descendentes, o conceito de integração é frequentemente utilizado com um sentido normativo. É-o quase sempre nos discursos políticos e na linguagem comum, mas também com alguma frequência na produção académica. Nas visões funcionalistas acerca do papel da comunicação na sociedade, como nos estudos pioneiros de Robert Park sobre a imigração nos Estados Unidos, a ideia de integração está associada, sobretudo, a coesão e limitação de conflitos. Na Grã-Bretanha e na América do Norte, as políticas de “integração” dos imigrantes fazem prevalecer este significado, admitindo a prevalência de comunidades e a sua reprodução cultural diferenciada. Noutros países, como a França, a noção de integração tende a incluir também o sentido de diluição nas instituições e na cultura nacionais. O fundo ideológico existe quando está latente a ideia de propensão para os migrantes não se integrarem, para viverem à margem da sociedade ou em antagonismo com ela, metaforicamente “desenraizados”.

Do ponto de vista sociológico, a integração social é inevitável, uma vez que os migrantes participam necessariamente em quadros de interação dentro da sociedade de acolhimento. O que deve examinar-se são as formas de integração. As trajetórias socio-culturais dos migrantes e dos descendentes podem, assim, ser perspectivadas através de um conceito não normativo de integração que contempla as modalidades de “assimilação” e de “eticização” e admite combinações variáveis entre elas (Pires, 2003). A assimilação consiste na inclusão em instituições, contextos e redes sociais já existentes, ainda que provocando-lhes modificações. A etnicização designa a formação de instâncias cujo traço definidor é uma pertença colectiva ligada à ideia de ascendência, constituindo segmentos específicos da sociedade.¹ O caso português é interessante pelo seu carácter mais recente manter, de alguma forma, em aberto qual a tendência a prevalecer na integração de populações de origem migrante.

A proliferação recente da noção de etnicidade na Europa faz-se sob influência norte-americana, tanto nas academias como no universo mediático, mas casa-se com uma história própria dos contextos europeus. Nestes a presença moderna do conceito está fortemente ligada aos territórios coloniais e apresenta uma articulação estreita com a noção de raça. Por exemplo, as descrições e classificações dos povos africanos empreendidas pelas administrações coloniais a partir do século XIX levaram a distinguir várias etnias dentro da “raça” negra. Nesse sentido, o étnico foi concebido como o “outro” em relação ao centro, à civilização europeia, consistindo numa construção semiótica que tem latente uma ideia de padrão e desvio enquadrada no expansionismo etnocêntrico e que para alguns envolveu mesmo uma concepção “zoológica” da antropologia (Serra, 1997). Outro sentido presente neste uso do termo etnia é o seu carácter colectivista e primordial, cujos membros são facilmente reenviados para um inventário estatístico que define a essência do grupo.

A condenação das teorias raciais após 1945, expulsando o racismo flagrante da norma socialmente aceite, fez com que na Europa também se substituísse progressivamente o termo raça por etnia, mas diferentemente do cariz norte-americano, mantendo-a ligada à ideia de povos indígenas, “atrasados”. O incremento da imigração extra-europeia é impregnado com esta conotação do *ethnos* como o estranho em relação aos europeus. Nem sempre é fácil distinguir entre o uso corrente da expressão e a evolução do seu sentido nas ciências sociais, mas a classificação de migrantes como étnicos parece continuar predominantemente associado aos colectivos de origem não europeia. Não se fala em grupos étnicos a propósito das populações de origem europeia em países africanos ou asiáticos, assim como não se costuma

¹ Este sentido sociológico de “assimilação”, como inserção nas instituições preexistentes de um sistema social, é distinto da sua concepção mais divulgada, que foi originalmente usada por Robert Park na teoria das “relações raciais” para significar o abandono de culturas distintivas por parte das populações de origem estrangeira e que ainda hoje é abundantemente utilizado na psicologia social. No senso comum, também é esta ideia de assimilação cultural que parece prevalecer travestida como integração.

aplicar o conceito aos ingleses em Portugal ou aos norte-americanos em França.² Também a nova identidade portuguesa definida pela elite política na década de 1980 se enquadra neste espírito e pode ser definida como uma identidade primordial, de “sangue”, com raiz europeia (Baganha e Góis, 1999).

Uma abordagem sociológica tenderá a notar que a etnicidade está associada a uma baixa condição socio-económica, tendo por isso a ver com migração laboral (Machado, 2002), o que justificaria não se nomear, por exemplo, os ingleses do Algarve como grupo étnico. Mas, redefinida como diferença cultural, o senso comum dissimula por vezes na diferença “étnica” o velho sentido racista, usando-a como forma polida de designar outras “raças”, mais ou menos inferiorizadas, e abrindo a porta ao “racismo subtil” que hoje predomina na Europa (Vala, 1999). Neste sentido, a cultura de um grupo étnico tende a ser naturalizada, vista como conjunto de características que lhe são essenciais.

A meu ver, o uso académico da etnicidade para designar *grupos* culturalmente distintos e com uma origem comum é algo duvidoso em si mesmo, ainda que se esteja atento às desigualdades simbólicas e se considere as maiorias nacionais como “grupos étnicos dominantes” (Hall, 1993). A demarcação face ao senso comum passa por considerar que a etnicidade está mais ligada à interacção social do que aos traços culturais (Barth, 1996). A reificação da diferença cultural é própria do discurso ideológico, mas na verdade nem as culturas são estáticas nem as suas fronteiras são claras.

A etnicidade não tem como característica fundamental a diferença cultural, mas sim a sua *significação* como elemento que interfere nas relações sociais. Existem sociedades culturalmente diversas sem identidades étnicas, bem como casos de etnicidade entre grupos com escassas diferenças culturais (Eriksen, 2002). A etnicidade é, pois, uma *relação social* baseada na atribuição de relevância a diferenças colectivas ligadas à origem. Quando uma determinada identidade influi no acesso ao mercado de trabalho ou na escolha de parceiros conjugais, está-se perante situações de etnicidade: é a diferença tornada socialmente significativa. O conceito de etnicidade constitui, assim, uma ferramenta para captar e compreender as relações sociais em que *a diferença faz diferença* e não para classificar grupos com características absolutas. Existem elementos de reforço e de esbatimento da etnicidade, tanto ao nível das condições objectivas como simbólicas, mais ainda quando os grupos se inserem num “sistema étnico” em que cada unidade é parte de uma matriz em que a distribuição de recursos se pode alterar, por exemplo, com a entrada em cena de novas populações (Waldinger, 2001). Tal como as outras dimensões identitárias, a etnicidade é negociada face à diferença, num processo relacional e dinâmico cujo sentido é culturalmente construído e, por isso, também admite transformações e desconstruções. Trata-se, por isso, de prestar atenção ao processo contínuo de fazer cultura, mais do que de ter uma cultura (Baumann, 1996). Nesta perspectiva

² Um inquérito a uma amostra representativa da população nacional mostra que, em Portugal, a concepção comum de minoria étnica se organiza segundo três ideias: a diferença cultural, a diferença racial e a marginalidade social (Silva, 2000).

dinâmica das identidades étnicas, a acentuação dos significados contrastantes pode conceptualizar-se como *etnicização* e o seu esbatimento como *desetnicização*.

Também as representações mediáticas e os significados extraídos pelas audiências podem ser etnicizantes ou o seu contrário. Seguindo Milikowski (2000), considero que a etnicidade pode ser detectada nas *representações mediáticas* quando estas salientam a existência de diferenças e fronteiras culturais e, simultaneamente, sugerem implicações social e politicamente divisoras. Só a coexistência destas duas dimensões corresponde a imagens de etnicização, ao passo que a mera representação da diferença projecta uma identidade cultural não etnicizada.

O mesmo se passa com os *discursos dos sujeitos* acerca dos textos mediáticos. Quando a sua apropriação salienta diferenças e antagonismos socialmente consequentes, está-se perante audiências que a comunicação mediada contribui para etnicizar. Quando a interpretação dos textos relativiza a diferença ou não lhe atribui significado social, trata-se de audiências não etnicizadas.

Várias pesquisas sobre migrantes e descendentes na Europa sugerem que, para a etnicização ou desetnicização das suas identidades, o espaço mediático mais importante não é constituído pelos “mídia étnicos”, a que as ideologias nacionais costumam atribuir a reprodução de diferenças culturais, mas sim pelos média mainstream, os “grandes média” nacionais, e dentro deles particularmente pelo género “realista” do jornalismo (Barker, 1999; Milikowski, 2000; Tsagarousianou, 2001; Howarth, 2002). É neste plano mediático, ideologicamente pressuposto como “integrador”, que os descendentes percebem uma construção simbólica da nação que os inclui ou não, que nota ou não a existência de uma diferença, tornando-a mediaticamente relevante.

Imigrantes e descendentes em Portugal

A imigração laboral de africanos para Portugal iniciou-se ainda no contexto das relações coloniais, com a fileira cabo-verdiana na década de 1960. Fileira que se transformaria por decreto num movimento internacional em 1975, altura em que muitos imigrantes, até aí juridicamente portugueses, mudaram de nacionalidade. A partir de então, o número de indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana legalmente residentes em Portugal cresceu a uma cadência regular, de 22 mil em 1981, até 56 mil em 2002. Nesse altura, juntavam-se-lhes mais 58 mil pessoas com nacionalidade dos outros países africanos de língua oficial portuguesa, num total de 114 mil estrangeiros dos PALOP, 83% dos quais concentrados nos distritos de Lisboa e Setúbal.³

³ INE, Estatísticas Demográficas. SEF, Estatísticas de Estrangeiros.

O grupo cabo-verdiano é especialmente relevante por se tratar da maior população de imigrantes, cuja concentração na área metropolitana de Lisboa é ainda mais elevada (87%) e cuja antiguidade deu origem a um elevado número de descendentes nascidos ou criados em Portugal. Na realidade, o número oficial de cabo-verdianos representa apenas uma parte da “comunidade”. Para além dos nacionais de Cabo Verde com estatuto legal, há uma série de outras situações que as estatísticas não captam: os que conservaram a nacionalidade portuguesa em 1975, os que se foram naturalizando portugueses desde então, os descendentes que são juridicamente portugueses, os imigrantes ilegais. No final da década de 1990, um cálculo mais abrangente da “comunidade” cabo-verdiana estimou-a em 83 mil indivíduos, agregando migrantes e descendentes, nacionais e estrangeiros (Embaixada de Cabo Verde, 1999).

Embora seja difícil quantificar os descendentes, a sua proporção é garantidamente elevada.⁴ A própria renovação do fluxo migratório contribuiu para manter alta a proporção de jovens.⁵ E a idade média de maternidade, muito jovem, também resultou numa rápida reprodução de gerações.⁶

Na segunda metade dos anos 80, estimou-se em 60% os imigrantes cabo-verdianos que viviam em barracas e convocou-se o conceito de “gueto” para referir a sua segregação espacial (Saint-Maurice, 1997). Esta situação residencial foi consequência da sub-remuneração com que os cabo-verdianos são inseridos no mercado de trabalho e que resultou da substituição de mão-de-obra portuguesa por outra ainda pior remunerada (Pires, 2003: 150). O quadro de recessão económica dos anos 80 fez destes imigrantes um alvo preferencial das estratégias de flexibilização e informalização da mão-de-obra no sector da construção, agudizando a sua precariedade socio-económica (França et al., 1992). Estas condições prolongam-se pela década de 90, altura em que a proliferação de obras públicas propicia um novo pico de imigração laboral.

Alguns aglomerados residenciais são designados como “bairros de cabo-verdianos”, dado terem mais de 90% de originários de Cabo Verde e descendentes. São os casos dos bairros 6 de Maio, Fontainhas, Estrela de África, Portas de Benfica e Estrada Militar, todos no concelho da Amadora e muito próximos entre si. Assim como o Alto de Santa Catarina e o Alto dos Barrinhos, em Oeiras. O estado português demorou até à segunda metade dos anos 90 para substituir parcialmente os bairros de lata – alguns com mais de vinte anos de existência – por habitação social, dado que até aí remeteu a imigração para uma filosofia de “*laissez faire*” ou para uma política de controlo sem integração (Horta, 2002; Albuquerque et al., 2000).

A não inserção nos esquemas institucionais da sociedade portuguesa – designadamente nos sistemas de protecção social – e a grande concentração territorial proporcionaram “a formação de redes comunitárias

⁴ Um dos poucos indicadores que agregaram os descendentes de todas as condições jurídicas foi a Base de Dados Entreculturas, que contou 12.500 filhos de naturais de Cabo Verde nos ensinos básico e secundário, em 1997-98, o que indicava uma alta taxa de jovens, se considerarmos que os cabo-verdianos legais eram, na altura, 40 mil pessoas e que havia elevado abandono escolar (Bastos e Bastos, 1999).

⁵ Mais de 80% dos novos pedidos de imigração legal feitos na década de 1990 são de indivíduos abaixo dos 34 anos, o que representa um fluxo de imigrantes em idade fértil (Bastos e Bastos 1999).

⁶ As taxas de fecundidade da população cabo-verdiana em Portugal indicavam, nos anos 80, a existência de três ou mais filhos para 51% das mulheres acima dos 14 anos (Saint-Maurice, 1997).

de entreajuda" muito activas entre a população cabo-verdiana (Bastos e Bastos, 1999: 43). Redes que são favorecidas pela forte componente familiar, menos presente noutras populações estrangeiras (Saint-Maurice, 1997; Pires, 2003). A solidariedade para com a família alargada, norma cultural em Cabo Verde, repercute-se na progressiva integração de novos migrantes nos bairros já formados e na sua sobre-ocupação residencial (França et al., 1992).

Vários bairros de lata "cabo-verdianos" do concelho da Amadora continuavam de pé na década de 2000, ao passo que em Oeiras avançaram mais depressa as demolições e os realojamentos. Os blocos de habitação social constituem, desde há alguns anos, um novo contexto residencial para parte da população imigrante em Portugal e configuram também novas realidades do ponto de vista da relação entre as várias populações, até porque não têm o mesmo grau de concentração de uma só origem (Lopes, 2004).

Por outro lado, as trajectórias profissionais dos cabo-verdianos em Portugal não funcionaram no sentido de atenuar significativamente os contrastes socio-económicos para com a sociedade envolvente. O grupo cabo-verdiano continua a distinguir-se pela percentagem particularmente elevada de profissões operárias, pelas menores qualificações escolares e pelas altas taxas de actividade, salientando-se mesmo entre os africanos, que já por si apresentam a maior concentração de trabalhadores manuais entre os estrangeiros (Pires, 2003: 133). O peso relativo dos operários entre os activos com nacionalidade cabo-verdiana não só não baixou entre 1981 e 1999, como se acentuou, passando de 64% para 85%. Inversamente, os quadros e profissões liberais limitam-se a 1,7%. Este acentuar da baixa condição socio-económica indica que o crescimento do contingente cabo-verdiano se fez, nos anos 90, pela continuação de uma fileira destinada a sectores desqualificados do mercado de trabalho português. Mas também significa que, após duas décadas de permanência em Portugal, os imigrantes laborais oriundos de Cabo Verde apresentam uma muito limitada mobilidade ascendente, tendendo-se a manter a baixa condição socio-económica das famílias (Machado e Abranches, 2005).

O rendimento escolar dos descendentes reflecte este peso do segmento proletário na sua estrutura de classes. Se tivermos em conta a classe social de origem, os resultados escolares dos filhos de cabo-verdianos pouco se diferenciam dos obtidos pelos jovens portugueses em geral (Machado et al., 2005). É a origem de classe popular da maioria dos descendentes que tem condicionado as suas prestações na escola, o que não impede que uma parte considerável – 19% – venha atingindo o ensino superior. A par das trajectórias escolares, também já se apurou existir mobilidade socio-profissional ascendente entre gerações, nomeadamente das raparigas em relação às mães, embora também persista uma considerável proporção

de jovens com situações próximas das dos pais, sobretudo rapazes que se inserem no mundo laboral como operários da construção.⁷

Os contextos residenciais e os percursos escolares parecem ser determinantes quanto aos padrões linguísticos adoptados pelos descendentes. No caso das famílias dispersas em zonas residenciais “portuguesas”, o uso do crioulo pelos jovens está limitado ao espaço doméstico e aos encontros familiares, podendo mesmo estar ausente dos seus hábitos linguísticos (Saint-Maurice, 1997: 126). Já nos bairros com alta percentagem de cabo-verdianos é clara a tendência para o uso do crioulo, de tal forma que os jovens de outras origens, incluindo os filhos de portugueses, se tornam falantes de crioulo na rua e se produzem “espaços públicos crioulistizados” (ACV, 1999: 88). Por sua vez, nos bairros pobres onde a população é mista, os jovens tendem a adoptar uma linguagem de fusão, que mistura o crioulo, o português, o calão luandense e expressões de *black english*, o que, consoante as variações, pode ser visto como um “novo crioulo” (Contador, 2001: 17) ou como um “calão afro-americano” (Martins, 1997: 224), funcionando a linguagem como aspecto-chave de novas culturas juvenis urbanas que são essencialmente multiculturais (Back, 1996).

Existe, pois, um quadro de vivências em bairros predominantemente cabo-verdianos onde as sociabilidades familiares, de amizade, de vizinhança e profissionais se sobrepõem criando uma densidade de relações intra-comunitárias (Machado 2002: 230), que tem como contraponto a escassez de ligações consistentes com outras populações. Mas também existem segmentos de descendentes em situações distintas, com residências dispersas ou em zonas mistas, assim como os jovens que alcançam percursos escolares mais longos, factores que alargam as suas redes de sociabilidade.

Média e minorias

Mau grado alguma pluralidade de condições sociais entre os os descendentes de cabo-verdianos em Portugal, e mais ainda entre o conjunto de jovens de origem africana – cujas nacionalidades, percursos biográficos e perfiz culturais são muito variados – o agendamento dos “africanos” na imprensa portuguesa passou, na década de 1990, a ser sistematicamente associado a marginalidade social ou a casos criminais. Mesmo os média de referência, menos assíduos a noticiar a criminalidade do que a imprensa popular, também participaram na hipermediatização dos “gangs de jovens africanos”, que nesses anos constituiu a marca mais forte da construção das minorias como problema social. Este terá sido o período em que se

⁷ Dados do projecto de investigação “Jovens filhos de imigrantes africanos em Portugal: transição para a integração ou para a exclusão social?”, dirigido por Fernando Luís Machado, cujos resultados foram publicamente apresentados pelo autor em encontro sobre “A integração dos Descendentes de Caboverdianos na Diáspora”, em Outubro de 2006, em Lisboa.

transitou, em Portugal, para uma representação dos *imigrantes como problema*, através de uma tematização semelhante à que existe noutros países europeus com minorias há mais tempo (Pires, 2002).

A mediatização dos “gangs” corresponde a uma irrupção abrupta dos descendentes no espaço mediático nacional. Mediaticamente quase invisíveis até então, os descendentes irrompem assim como figura particular, e especialmente ameaçadora, de uma tematização geral na marginalidade e na delinquência do “outro”. Diferentemente das reportagens sobre “guetos étnicos” ou do noticiário regular sobre crimes e conflitos, habitualmente confinados a certas secções dos jornais, o tema dos “gangs” catapultou os “africanos” para as manchetes de primeira página, elevando-os a uma categoria noticiosa especial.

Após a inscrição do tema na agenda e de um primeiro pico noticioso em Setembro de 1993,⁸ o tema dos “gangs” instalou-se como produto de elevado valor notícia no novo panorama mediático nacional e pautou-se por sucessivas reaparições ao longo da década. O panorama mediático está então sob efeito da abertura de canais privados de televisão, que incentiva a generalidade dos média informativos a diversificar temas, actores e abordagens jornalísticas, extravasando o universo das fontes políticas e institucionais, procurando os produtos mais apelativos e competindo por maiores quotas de audiência.⁹ A linguagem imagética e emocional, as estórias e *fait-divers* exemplificativos, a narrativa espectacularizante em ruptura com o quotidiano são procedimentos emergentes onde a imigração, a violência ou o racismo constituem “matéria-prima facilmente rentabilizável” (Cunha, 2002: 410).

Um dos critérios de avaliação do valor-notícia é o carácter excepcional de uma situação, motivo por que os “gangs africanos” e os “guetos étnicos” são matéria de evidente interesse quer para corpos de redacção com origem social nas classes médias, quer para o “cidadão médio” sem contacto com populações imigrantes segregadas. O fascínio do outro, percebido como exótico e temível “às portas da cidade”, é especialmente elevado para as classes médias instruídas que produzem e consomem a imprensa de referência, não por acaso aquela que tem maior tradição de reportagem e “revelação” desse mundo onde se acoitam as outrora designadas “classes perigosas”.

Isso mesmo é revelado pelos termos em que ressurge ciclicamente a tematização dos “jovens africanos” ao longo dos anos 90, tornando-os quase indissociáveis dos “gangs” e dos “guetos”, e multiplicando-se ao longo do espectro mediático, em virtude dos impulsos noticiosos que fazem o campo jornalístico funcionar em bloco, com o efeito de “ondas de violência”. Autores que examinaram o tema apontam vários exemplos

⁸ A 3 de Setembro de 1993, o Independente fez manchete com o mapeamento de grupos violentos dos subúrbios de Lisboa, baseando-se num relatório dos Serviços de Informação e Segurança (SIS) sobre a existência de “gangs de negros” como “a principal ameaça” a pessoas, a bens e à ordem pública. Mas já antes os descendentes de africanos tinham sido representados nos média sob a figura colectiva de “gang”. Por exemplo, no primeiro número da revista Visão, em 23 de Março do mesmo ano, um artigo intitulado “Sangue a preto e branco” aborda a rivalidade violenta entre os “gangs” da margem sul e os grupos de *skinheads*. Ao longo desse ano, o Expresso e o Público também descreveram grupos de jovens negros como “gangs”, embora o Público questionasse até que ponto era exacta essa catalogação. O Correio da Manhã, por sua vez, usa o termo “gang” indiscriminadamente nos títulos de notícias em que o crime é cometido por um colectivo (Fradique, 2002; Pires, 2002).

⁹ Na primeira fase pós-privatização e com a hegemonia da RTP nas audiências ancorada nas telenovelas brasileiras, as estações privadas de televisão, em particular a SIC, apostam precisamente na inovação dos espaços informativos, enveredando por um jornalismo mais aberto, ágil e agressivo, em contraponto à informação “cinzenta” e oficializada do canal do estado.

de títulos nos jornais em 1997 e 98: “Gangs nos subúrbios”, “Polícia já não consegue controlar ‘gangs’ suburbanos”, “Grande Lisboa cercada por guetos”, “Gangs suburbanos voltam a atacar polícia”, “Um anel de pólvora rodeia Lisboa”, “Gangs de africanos aterrorizam Lisboa” (Machado, 2002; Fradique, 2002). A repetição de fórmulas sintéticas e associativas sobre contextos distantes do quotidiano dos jornalistas e da audiência maioritária tende a converter situações de excepção em “estatuto de realidade absoluta” dos subúrbios e dos jovens “africanos” (Fradique, 2002).

Note-se que a categorização jornalística destes temas começa por ser abertamente étnica ou racial, recorrendo a descrições como “jovens africanos”, “negros dos subúrbios”, “imigrantes de segunda geração” ou “segunda geração de africanos” (Cunha, s/d; Pires, 2002; Fradique, 2002). A despeito da naturalidade ou nacionalidade portuguesas, opera-se uma delimitação de fronteiras entre a maioria nacional e um grupo *outsider* (Elias, 1994) que é identificável pelo fenótipo. Com raras imagens alternativas e sob a égide da homogeneização racial, dá-se uma representação da juventude “africana” dos bairros pobres que não é composta por indivíduos diferenciados, mas sim por *um tipo* cuja característica é ser perigoso. O que se constrói é, pois, um código simbólico em que a menção de violência suburbana nos média passa a evocar por associação a categoria jovens negros e vice-versa.¹⁰

Uma análise à noticiabilidade das minorias étnicas na imprensa e na televisão durante o ano 2000, volta a identificar um padrão de representações dos africanos que prolonga o dos anos 90, maioritariamente centrado no crime e na violência, negligenciando temas como a integração, a educação ou as condições sociais, mas introduzindo a questão do racismo (Cunha et al., 2002). Mas a temática do racismo, que surge numa parte dos média e vem complexificar o sistema de representações sobre a inserção das minorias na sociedade portuguesa, vem aprofundar a divergência entre a imprensa de referência, por um lado, e o jornalismo “tablóide” da imprensa popular e da televisão generalista, por outro. Enquanto o segundo continua a pautar-se por uma espectacularização noticiosa em torno dos imigrantes e dos grupos “étnicos”, os jornais de referência abordam crescentemente a imigração sob perspectivas demográficas e socio-económicas, assim como reorientam o tratamento das minorias através de “boas práticas” que tendem a mitigar a racialização dos actores sociais e a diversificar as vozes da sociedade civil (Cunha, 2002).

A mediatização do racismo e da discriminação faz parte de um modelo já identificado noutros países europeus com “minorias raciais”. Modelo esse que tende a focalizar as relações entre maioria e minoria, particularmente quando há tensão, em detrimento de temas inclusivos acerca do emprego, da educação ou da habitação (Braham, 1998). Assim, a tematização do racismo também pode reforçar uma representação etnicizada, dado que é mais um vector de uma imagem antagónica entre maioria e minoria (Cottle, 2000: 11).

¹⁰ Um rap composto pelo grupo Dream Factory nos anos 90 exprime a saturação dessa associação simbólica: “Já estou farto de ser crónica no jornal / aparecer na tv como delinquente racial”.

Além disso, na globalidade dos média permanecem as saliências temáticas que ligam os “africanos” ao crime, apagando os seus contextos sociais e políticos. Produz-se, então, uma nova clivagem simbólica entre os jovens “de origem africana” e os imigrantes da Europa de leste, que passam a constituir dois pólos do sistema representacional ligado às migrações. A mediatização destes dois colectivos, mesmo em jornais de referência, é contrastante nas próprias modalidades do discurso e da linguagem. Por regra, as peças sobre jovens “africanos” não lhes dão voz activa e associam-nos à ausência de valores, ao passo que aos imigrantes de leste é proporcionado o discurso directo e se lhes atribui os valores do trabalho, da família e do civismo (Cunha, 2003). A distinção face aos angariadores desonestos reforça a construção de uma imagem próxima e humanizada dos imigrantes de leste, algo que não se passa com a representação indiferenciada de uma “segunda geração” em que não há contraponto aos delinquentes.

A mediatização do crime tem, além disso, características que a tornam poderosa a diferenciar e demarcar actores sociais e a induzir processos de estigmatização. Numa pesquisa sobre a imprensa portuguesa, Cristina Penedo salienta que o noticiário criminal tem, sobretudo, uma função normativa, contribuindo para “uma definição do desvio, dos seus personagens, dos seus lugares” de forma simplificada e estereotipada, e que se caracteriza por não inquirir o significado da realidade social (Penedo, 2003). Dada a estreita ligação entre redacções e fontes policiais ou judiciárias, a notícia é sempre estruturada a partir das instituições de controlo social, primando o criminoso sobre a vítima, mas fornecendo um esboço pobre do delincente. Este esboço restringe-se ao sexo e à idade, ao que se junta a “raça”, a origem ou a nacionalidade apenas quando se trata de ciganos, negros ou estrangeiros.¹¹

A racialização do crime pode ser especialmente estigmatizadora quando se sabe que a maioria constrói percepções homogéneas das minorias, sobretudo se estas tiverem baixo estatuto social. Algumas pesquisas indicam que, também na recepção de notícias, as audiências maioritárias interiorizam imagens diferenciadas e individualizantes dos actores do próprio grupo, mas recordam menos atributos pessoais nos membros da minoria, que são percebidos principalmente como membros de um colectivo. A “raça”, sendo das categorias mais salientes para a identificação dos actores das notícias, tenderá a activar particularmente este tipo de leitura (Cabecinhas, 2002).

A sinalização pelos média sempre que há outra “raça” envolvida em delitos cria um poderoso efeito simbólico que potencia uma atenção crescente ao desvio das minorias e cria condições para uma hiper-mediatização de futuros casos, sobretudo se acumularem outros atributos com alto valor-notícia como aconteceu em Julho de 2000 com uma sequência de assaltos que ficou conhecida por “caso da CreI”.¹²

¹¹ Esta pesquisa analisou as edições do Correio da Manhã e do Diário de Notícias durante o ano 2000, registando menções a membros das minorias em 15,6% das notícias criminais (Penedo, 2003).

¹² A vitimação de uma figura pública durante os assaltos, a conjuntura política de fragilidade do ministro da administração interna e o aproveitamento do caso por partidos que contestavam a legislação sobre estrangeiros foram factores que propiciaram uma extensa mediatização. Como assinala Cristina Penedo, mais uma vez o campo jornalístico actuou em bloco, com o prolongamento do caso durante vários dias nos noticiários televisivos a influenciar a agenda da imprensa. Embora sem crimes de sangue, foi o caso criminal mais mediatizado durante todo o período analisado na pesquisa (Penedo, 2003).

Neste contexto de mediatização saturada, a própria imprensa de referência deixa de caracterizar-se por um perfil mais sóbrio. O Diário de Notícias igualou o Correio da Manhã no destaque dado ao caso (Penedo, 2003). O Público escreveu em manchete “O dia em que Portugal acordou assustado”, traçando uma implicação entre os grupos de “jovens negros” e uma ameaça geral para a segurança no país.

Um fenómeno de mediatização como este tem, evidentemente, diversas razões, entre as quais os já aludidos factores organizacionais e interaccionais que, através dos mecanismos de produção informativa e das relações entre jornalistas, fontes e actores políticos exercem influência sobre aquilo que são as notícias. Mas existem também elementos devedores das “culturas do imaginário”, nexos que numa dada sociedade proporcionam relações entre factos e símbolos e que são traços culturais mais vastos do que as lógicas de significação específicas das redacções (Ponte, 2004: 112). O “caso da Crel” tinha vários ingredientes “culturais” que ajudam a explicar a sua hipermediatização quando comparado com outros crimes de características próximas, nomeadamente assaltos a postos de combustíveis noutras zonas do país. Entre esses ingredientes culturais estariam o imaginário de temor urbano face às “classes perigosas” que ameaçam a segurança na cidade, bem como o mito da violentação sexual da mulher branca por homens negros.

Na década de 2000 iniciou-se a realização de estudos anuais exaustivos sobre as representações mediáticas da imigração em Portugal, dentro dos géneros jornalísticos.¹³ Analisando um grupo de jornais nacionais e os noticiários televisivos, as pesquisas relativas aos anos de 2003 e 2004 detectam a diversificação de populações representadas (Cunha et al., 2004, 2006). Seja na televisão ou na imprensa, os imigrantes do Brasil passam a partilhar com os do leste europeu a condição de principais actores das notícias sobre imigração, ao mesmo tempo que emergem novos grupos, antes quase ausentes, como os chineses e os muçulmanos. Neste novo panorama, os imigrantes africanos e os seus descendentes estão claramente subrepresentados em relação à sua presença numérica na sociedade portuguesa (Cunha et al., 2006).¹⁴

No global, a noticiabilidade da imigração prossegue algumas características anteriores, como a predominância de artigos “leves” e *fait-divers*, a elevada proporção da temática criminal e a prevalência de outras vozes, oficiais ou populares, sobre as dos próprios imigrantes. Mas também existem novas tendências que no conjunto dão uma imagem mais plural e complexa da imigração. Regista-se, por exemplo, a redução percentual das peças de tom negativo e da própria temática criminal, assim como a diversificação do perfil profissional do imigrante ou o acréscimo de artigos sobre integração e políticas inclusivas, linhas de evolução que são interpretadas como “resposta a um sinal enviado por organismos

¹³ Estes estudos surgem na sequência de uma determinação política em produzir conhecimento sobre a matéria, pelo que são pesquisas encomendadas e publicadas pelo ACIME, organismo governamental.

¹⁴ A presença somada de todas as nacionalidades dos Palop fica sempre próxima de 10% das peças, em qualquer dos anos e tanto nos jornais como na televisão, o que constitui um desequilíbrio face à proporção de peças em que estão presentes imigrantes brasileiros (próxima dos 20%) e do leste (perto dos 30%).

institucionais sobre a necessidade de um adequado tratamento” da imigração e das minorias, ou seja, mais espaço e perspectivas mais positivas (Cunha et al., 2006: 103).

Dar-se-ia, pois, algum efeito de reflexividade dos jornalistas e das instituições mediáticas, aliás patente na crescente incorporação de vozes de especialistas nos textos noticiosos. A tendência não é uniforme em todos os média, voltando a pôr-se aqui as diferenças, na forma e no discurso, entre imprensa de referência, imprensa popular e noticiários televisivos. Nos jornais de referência predominam os temas do trabalho e da integração, enquanto a imprensa popular e a televisão dão o maior relevo ao crime e a outras formas de transgressão social. Os telejornais pautam-se, ainda, por uma maioria de peças com tom negativo, enquanto na imprensa prevalece o tom neutro e nos jornais de referência têm crescido as reportagens, mais propícias a aprofundamento de temas.

Estariamos, assim, numa fase de eventual transição entre a mediatização dos imigrantes quase exclusivamente como problema, para uma representação mais multifacetada e menos tendente a reduzir as minorias a estereótipos e a categorias indiferenciadas. Neste contexto, os descendentes têm uma presença quantitativamente baixa e que corresponderia a um “abandono dos temas referentes às segundas gerações” (Cunha et al., 2006: 109), ou seja, a um decréscimo da sua mediatização face ao que se registava nos anos 90. Esse apagamento estará relacionado com dificuldades jornalísticas em abordar os descendentes de africanos dentro das novas tendências de representação “positiva”, mas também com a redução da rotulagem étnica com que eram vincadamente diferenciados da restante população nacional.

A característica fundamental da imagem mediática dos descendentes de africanos não será, contudo, a sua maior ou menor presença mediática em termos quantitativos. Embora estes jovens fossem alvo de uma mediatização mais constante na década passada, fruto de notícias regulares sobre incidentes policiais, o traço principal que desde o início os acompanha parece ser a sua forte visibilização em períodos muito concentrados no tempo, alternando irrupções cíclicas de grande protagonismo com períodos de visibilidade relativamente baixa. A sua mediatização no género noticioso seguiria, assim, um padrão oposto ao que possui a noticiabilidade dos imigrantes, que se caracteriza por uma presença cada vez mais regular e quantitativamente expressiva, mas em posição secundária na hierarquia informativa, manifesta na rara presença em abertura de telejornais (Cunha et al., 2006).

O “arrastão” na imprensa

Conhecidas as linhas gerais da mediatização do “africanos” em geral e dos “jovens” em particular, aquilo sobre que me debruço na análise subsequente é verificar se, para além de um padrão regular de

representação, também existe, ou não, uma etnicização ao nível da própria linguagem, das estruturas textuais e de outros elementos simbólicos presentes no discurso mediático.

Para isso, recorro à análise crítica do discurso, que estuda detalhadamente os textos à luz dos contextos sociais e históricos, encarando as práticas discursivas não como um mero reflexo da realidade mas também como constitutiva do social, ou seja, uma instância onde os significados culturais são criados, mantidos ou transformados (Fowler, 1991; Fairclough, 2001; Pedro, 1997; Taylor, 2001).

A pesquisa incide sobre um único caso, escolhido dentro da temática criminal, o “arrastão” da praia de Carcavelos, em 10 de Junho de 2005. Este caso corresponde ao tipo de evento imprevisto a que os média reagem rapidamente e onde mais cruamente se pode detectar as representações sociais que os próprios jornalistas e comentadores transportam. O caso do “arrastão” merece atenção, também, por ser uma das situações de hiper-mediatização dos jovens de origem africana que teve maior impacto público.

No dia 10 de Junho de 2005, feriado nacional no início da época balnear, cerca de 15 mil banhistas sobrelotaram a praia de Carcavelos, na periferia de Lisboa. Lançada em primeiro lugar pela agência Lusa, com base em dados policiais, a informação sobre “500 adultos e jovens constituídos em gangs” que “entraram na praia” e “começaram a assaltar e a agredir os banhistas”, detinha alta cotação em vários dos critérios de valor-notícia identificados por Galtung e Ruge (citados em Fowler, 1991): situação inédita, inesperada e fortemente negativa; grande número de pessoas envolvidas; significado claro e relevante para o cidadão comum.

Seguiu-se uma hiper-mediatização. Mais tarde, as autoridades policiais desmentiram a ideia de “arrastão”, considerando que na sequência de desentendimentos e confusão na praia, um grupo de 30 pessoas tentou assaltar banhistas. A cobertura noticiosa do caso foi apreciada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social como “uma versão deturpada e enganadora” dos acontecimentos.¹⁵ Não é preocupação desta pesquisa apurar o que se passou exactamente no areal de Carcavelos, mas examinar a forma como este “evento mediático” e os seus actores foram representados na imprensa, sendo o corpo de análise constituído por artigos publicados durante a semana seguinte em dois jornais diários, um de referência e um popular, visto as pesquisas indicarem que o discurso jornalístico sobre as minorias em Portugal segue modelos distintos nestes dois sectores da imprensa. Trata-se de 7 textos do Público (4 de cariz noticioso, 3 de opinião) e 15 do Correio da Manhã (11 notícias, 4 de comentário).

O primeiro aspecto a abordar é o enquadramento da notícia, que pode ser detectado, entre outros elementos, na sua topicalização, ou seja, na informação que, por ser considerada a mais importante de um discurso, é colocada em posição de topo, resumindo a estrutura semântica do texto numa macro-proposição (Van Dijk, 1993, 1997). Começo, então, por uma análise a partir dos títulos e *leads* de capa

¹⁵ Ver AA.VV. (2006), *O “Pseudo-Arrastão” de Carcavelos*, Lisboa, ACIME.

com que os jornais relataram o evento no dia seguinte, 11 de Junho. A primeira citação reproduz o texto do Público, a segunda o do Correio da Manhã.

[Título] Bandos de jovens criam o pânico na praia de Carcavelos

[Subtítulo] “Arrastão” varreu o areal e envolveu centenas de assaltantes

[Lead] Nunca se tinha visto uma coisa assim. Ontem, meio milhar de jovens, entre os 12 e os 20 anos, avançaram pelo areal de Carcavelos e, até chegar a polícia, roubaram o que quiseram aos banhistas que ali gozavam o feriado. A PSP, chamada pelos telemóveis das vítimas, fez várias detenções e chegou a cortar a marginal.

[Título] TERROR NA PRAIA

[Lead] **Dois tiros** para o ar deram o **signal** de partida para **centenas** de jovens de ambos os sexos assaltarem e semearem o pânico na praia de Carcavelos.

Os títulos mostram que o “arrastão” não foi enquadrado pela imprensa apenas como uma sucessão de furtos ou assalto de grandes dimensões, cuja principal característica fosse a proporção inédita de assaltantes e vítimas. O traço fundamental com que o discurso eleva o evento a uma classe especial de criminalidade, é a construção dramática que enfatiza o *sentimento* de medo, de medo generalizado. A notícia não se centra nos bens roubados, nos danos físicos ou na acção da polícia, mas sim numa macro-proposição emocional, topicalizada pelos substantivos *terror* e *pânico*.

É sabido como o género narrativo de tipo *fait-divers* tem maior capacidade para acolher os sentidos emotivos e dramáticos de uma notícia, tendendo a anular o distanciamento entre texto e leitor (Silveirinha e Peixinho, 2004). Não surpreende, por isso, que um *lead* da imprensa popular recorra a regras de tipo novelesco, representando o evento a partir de uma imagem particular e com forte apelo sensorial (“dois tiros para o ar”). Mais sintomático da mediatização dramática deste caso é o facto da imprensa de referência também introduzir a notícia com elementos incomuns na narrativa de tipo factual que é seu apanágio. É o caso da linguagem coloquial que interpela o leitor familiarmente (“nunca se tinha visto uma coisa assim”; “roubaram o que quiseram”). Estes enunciados favorecem a identificação com a cena e incorporam no discurso uma modalização apreciativa que quebra o distanciamento do jornalismo factual. Também a hiperbolização (“varreu o areal”) ou o uso retórico de numerais (“centenas de assaltantes”; “meio milhar”) enfatizam o impacto. O registo dramatizado da primeira página do Público contrasta com o registo factual do seu texto interior. Exemplo dessa diferença é a titulação do substantivo “bandos”, que nunca é empregue ao longo da notícia, e que acentua a conotação criminal dos actores.

Este tipo de movimentos semânticos, que maximizam o evento, são mais acentuados na imprensa popular, onde aspectos descritos sob expressões modais de probabilidade se transformam em títulos, *leads* e legendas em modalidade assertiva, ou seja, como afirmações de verdade (Fowler, 1991). Um título

afirmativo descreve *um facto*, o evento como crime organizado (“PSP investiga organização”), mas a base é *uma hipótese* levantada por fontes policiais anónimas antes de iniciada a investigação (“admitem que os incidentes *poderão* ter sido organizados”).¹⁶ O mesmo sucede através de pressuposições tacitamente aceites e que sustentam verdades essenciais à narrativa jornalística. Há, portanto, no Correio da Manhã, uma apresentação tópica de asserções cuja base enunciativa são suposições ou testemunhos avulsos.

Há, ainda, uma lexicalização que recorre a metáforas ou hipérbolos como “pesadelo” e “razia”, “onda” e “invasão”, estas constituindo imagens mediáticas frequentes da imigração (Van Dijk, 2000), ou que qualifica a “violência” como “extrema”, “generalizada” e “em grande escala”. Este tipo de opções lexicais, essencialmente hiperbólicas, não é exclusivo da imprensa popular, nem dos textos noticiosos, e dele emanam as próprias titulações de “terror” e “pânico”, assim como na designação de “arrastão”, ela mesma uma hipérbole para a ideia de conjunto de assaltos.

A lexicalização é fulcral para se representar o evento como essencialmente brutal, dado o papel das escolhas verbais, nominais e sintáticas no acentuar de um carácter impiedoso e de uma elevada perigosidade dos protagonistas: “a *devastar*, durante *horas*, uma praia”; “atacar uma praia com *crianças*, de *faca* na mão”; “roubando e *agredindo quem apanhavam* pela frente”; “vigiados *de perto* por polícias armados com caçadeiras e *pistolas-metralhadoras*”.¹⁷ É um traço estrutural da notícia a sua representação não apenas como assaltos, mas como agressões e “confrontos”.

Outro aspecto que coloca o evento numa classe especial de crime é a ênfase nas vítimas. É nesse sentido que deve entender-se a nominalização da manchete do Correio da Manhã (“Terror na praia”). Frequentemente usada para apagar a responsabilidade dos agentes, a nominalização da acção tem aqui um sentido de eficácia dramática, constituindo uma referência dupla aos cidadãos aterrorizados e ao colectivo de agentes aterrorizadores. Nas citações dos banhistas, o tema é o mesmo: “eles passavam em grupo e as pessoas tinham *medo*”.¹⁸ A ênfase nas vítimas reforça a ideia de que se trata de tematizar, não os danos de um acto criminal, mas o perigo, a percepção social do perigo.

No conjunto, as características do discurso até aqui expostas inserem-se numa tendência para a dramatização mediática, que é reconhecidamente incrementada num contexto de mercado e se destina a aumentar a cotação do valor-notícia, mas que não é uma especificidade da mediatização das minorias.

Mas o que projecta o evento para uma dimensão mediática superior é que essa dramatização emotiva encaixa particularmente bem no tema dos “grupos étnicos” e, em especial, na biografia mediatizada dos “jovens africanos” e num discurso social acerca da “segunda geração de imigrantes”. Um aspecto que o

¹⁶ Correio da Manhã, 11/6/05, p. 8. Daqui em diante, uso o itálico nas citações da imprensa para sublinhar os termos que considero de maior significado na análise.

¹⁷ Citações, pela ordem respectiva, dos artigos: “Carcavelos: não ver, não saber” (Público, 12/6/05, p. 25); “Os polícias são maus, é?” (CM, 12/6/05, p. 2); “Levaram tudo à frente” (CM, 11/6/05, p. 4); Idem.

¹⁸ “Levaram tudo à frente” (CM, 11/6/05, p. 4).

revela, em ambos os jornais, é a mudança de enquadramento entre a representação do “arrastão” nas primeiras páginas de 11 de Junho e a sua representação no noticiário interior, nos artigos complementares e nos textos dos dias seguintes.

Como diz Fowler, os casos apresentados nas notícias nem sempre são o verdadeiro tema em causa, existindo um significado cultural por detrás de cada estória particular, que dão aos eventos uma leitura simbólica (Fowler, 1991). Ou seja, há “enquadramentos episódicos”, que focam um evento isoladamente, por detrás dos quais podem surgir “enquadramentos temáticos”, cujo incidência é sobre uma questão mais geral (Porto, 2004). Nos artigos sobre o “arrastão”, o enquadramento *episódico* que introduz um caso com características e intensidade únicas é substituído no desenvolvimento noticioso por um enquadramento *temático* acerca da delinquência praticada por jovens suburbanos de ascendência africana. Em textos de opinião e notícias posteriores emerge, por fim, um enquadramento temático de alcance ainda mais largo, que é o verdadeiro tema culturalmente reconhecível e aquilo de que fala o discurso sobre o “arrastão”: a ameaça social que representam os jovens “africanos”, o crescimento da insegurança em Portugal e a necessidade de vigiar e punir aquele “potencial de violência”.

Um dos sinais de que o enquadramento noticioso evolui para um plano temático é a construção de uma narrativa que liga o caso de Carcavelos a outros episódios, não apenas do passado, mas a novas situações que, nos dias seguintes, são configuradas mediaticamente sob a ideia de “arrastão”. A imprensa relata a iminência de assaltos a outras praias no Estoril e no Algarve, noticia uma “onda de terror” nos comboios da linha de Sintra e enquadra outras reportagens com base no risco e no sentimento de medo face aos “grupos de jovens”.¹⁹

A construção dos discursos mediáticos em torno do “arrastão” assenta num tripé de actores sociais – os agentes da delinquência, os cidadãos comuns e os actores institucionais –, cada um com papéis diferentes na narrativa.

Nos artigos noticiosos, os actores associados à delinquência configuram sempre um “eles” do discurso, uma posição exterior em relação ao ponto de vista do sujeito enunciadador, que não tem, evidentemente, identificação com agentes delituosos. Mas o que importa notar é que se trata sistematicamente de enunciar um actor plural, de representá-lo como colectivo, através de substantivos colectivizadores (grupos, bandos, gangs, massa humana), de formas de agregação (muitos, numerosos, centenas, 500, 20, 50) ou simplesmente através de enunciações no plural (os jovens, os assaltantes, os indivíduos). Recorde-se que as notícias analisadas não referem apenas o “arrastão”, mas também situações adjacentes, casos subsequentes, citações de cidadãos, de actores policiais e de políticos sobre aspectos que vão além do

¹⁹ Como é característico da imprensa “tablóide”, o Correio da Manhã destaca-se neste noticiário, quase sempre acompanhado de reportagens preenchidas com citações de cidadãos comuns: “Arrastão esteve perto do Estoril”, 12/6/05; “GNR trava onde em Quarteira”, 12/6/05; “Susto dos assaltos em grupo chega a Quarteira”, Público de 12/6/05; “Alto risco nos comboios”, 22/6/05; “Caparica sem medo”, 12/6/05.

evento da praia de Carcavelos. Dir-se-á que o tema os assaltos em grupo apela à focalização num agente colectivo. Mas a questão reside precisamente no facto do discurso mediático, e o dos actores sociais que através dele falam, nunca conceber que um acto criminal seja cometido por um indivíduo, ou por alguns dos indivíduos, e não por um todo indiferenciado. As descrições jornalísticas, implicam 20 jovens no roubo de um telemóvel ou 50 rapazes no furto de duas camisolas.²⁰ Qualquer delito parece criminalizar um colectivo.

Ora a nomeação dos actores como representantes de uma categoria, como uma sua emanção, e não como indivíduos, é uma das características da discriminação através do discurso (Fowler, 1991). A delinquência em grupo, na sua existência de facto, facilita este tipo de discurso, em que as práticas não são representadas em termos dos sujeitos que as praticam, mas explicadas pela pertença a uma categoria social. Recorde-se que a indiferenciação e a homogeneização dos membros de um grupo social é, simultaneamente, um dos traços apontados às concepções de racismo subtil.

Além da colectivação dos actores, interessa observar as modalidades da sua categorização. Aqui, é significativa a opção prolífica pela categoria “jovens”, mais presente do que a categoria “assaltantes”. Nesta forma de categorizar, os actores não são referidos em termos de uma actividade, não são “funcionalizados” como praticantes de assaltos. Ao invés, o discurso usa uma “classificação” que os identifica por algo que eles são, de forma “mais ou menos permanente” (Van Leeuwen, 1997: 202). O discurso jornalístico não toma, portanto, como principal definidor destes actores a prática de delitos, mas sim traços que os situam, que os cartografam no mapa das identidades sociais. O discurso sobre os “jovens” constrói, por isso, os agentes do “arrastão” essencialmente como membros de um grupo social, e não como delinquentes.

Refira-se que os textos da imprensa não podem deixar de ter em conta que o evento foi alvo de noticiários televisivos, anteriores à edição dos jornais, que permitem uma identificação física dos actores. As referências raciais podem ser atenuadas ou codificadas, até porque um discurso saturado por elas corre o risco de ser socialmente condenado. Assim, a marcação racial através da linguagem é feita por uma única referência explícita em cada um dos jornais, mas tanto o Público como o Correio da Manhã o fazem na peça principal, abrindo com ela o conjunto de artigos sobre o tema e nunca mais voltando a utilizá-la. Há que ter em conta, por outro lado, que o discurso da imprensa é composto por texto escrito e imagens fotográficas, podendo estas ser usadas para oferecer leituras raciais aos leitores.

As modalidades de referência aos cidadãos comuns, são, obviamente, distintas. A caracterização dos cidadãos comuns é polifacetada, individualizada e muito mais rica que a do colectivo de actores indiferenciados que se lhe opõe, aspectos considerados fundamentais na construção de um discurso dicotómico entre o “nós” e o “eles” (Fowler, 1991). Outro aspecto fundamental é a ausência de

²⁰ “Arrastão’ pós em pânico praia de Carcavelos” (Público, 11/6/05, p. 45); “Susto dos assaltos em grupo chega a Quarteira” (Público, 12/6/05, p. 25); “GNR trava onda em Quarteira” (12/6/05).

categorização das vítimas em termos de nacionalidade, “raça” ou origem cultural, o que significa uma pertença à maioria. Como se sabe, por serem vistos como o padrão “normal” de uma sociedade, os membros de uma maioria dispensam esse tipo de identificação, que o discurso costuma assinalar nos sujeitos diferentes.

Implicitamente, resulta daqui uma representação do evento em termos de dicotomia racial: de um lado, jovens negros; do outro, pessoas não diferenciadas face ao padrão nacional, logo não negros. O que o discurso da imprensa sugere é, pois, que todos os negros presentes na praia de Carcavelos pertencem a uma só categoria e desempenham um mesmo papel, de participantes num assalto de grandes dimensões. A análise aos textos do “arrastão” evidencia que a dicotomização racial não brota espontaneamente do discurso jornalístico, mas faz parte de um discurso social que dá relevância ao fenótipo, sobretudo quando ele é visto como traço de um colectivo. A diferenciação dos actores através do fenótipo é sinalizada ainda antes do evento e conotada com anomalia ou ameaça (“havia um número anormal de indivíduos de raça negra”; “começaram a chegar à praia ‘grandes grupos’ de jovens”).²¹ Esta atenção prévia para um “número anormal” ou uma “grande concentração” de um certo tipo de pessoas encerra uma pressuposição acerca de uma categoria “fora do lugar” (Hall, 1997: 258) e por isso poluente e perigosa. O próprio léxico da notícia contém implicações ligadas à ideia de intromissão num território impróprio a um determinado tipo de agentes (“invadir”, “irromper”, “avançar”). É certo que se fala de potenciais delinquentes, mas a amálgama linguística entre “jovens” (negros) e “assaltantes”, intercambiáveis e usados como sinónimo no discurso da imprensa, acaba por racializar a própria ideia de “invasão”.

Muitos negros num bairro de imigrantes, numa “festa africana” ou num estaleiro de obras não constituem um “número anormal”, mas a sua presença numa praia portuguesa, sobretudo se estiverem concentrados e não dispersos, é potencialmente geradora de apreensão e desconfiança aos olhos da maioria. Um dos significados que confere alto valor-notícia ao “arrastão” é, precisamente, o de funcionar como confirmação da diferença entre “nós” e “eles”.²²

Na verdade, trata-se de uma etnicização pelo discurso que se desenvolve a partir dos eixos sociais de etnicidade já existentes, e que levaram muitos jovens de origem africana a frequentar a praia de Carcavelos de forma concentrada. Acresce que a existência de uma dimensão classista, consabidamente potenciadora de contrastes que salientam a etnicidade (Machado, 2002), também pode ter um papel importante na marcação da diferença. A presumível presença de muitos jovens de classes populares, com códigos de comportamento distintos dos padrões familiares ou dos jovens de classe média, é um factor

²¹ “Arrastão” pós em pânico praia de Carcavelos” (Público, 11/6/05, p. 45); “PSP investiga organização” (CM, 11/6/05, p. 8).

²² O único momento em que a dicotomização racial é potencialmente contrariada dá-se quando o Correio da Manhã inclui numa bateria de inquiridos (11/6/05, p.6), com foto de rosto, uma pessoa de fenótipo negro, prática habitual quando o jornal aborda temas raciais e que pode entender-se como parte de uma estratégia de “salvaguarda” ou “desmentido” face a acusações de racismo (van Dijk, 1993). Contudo, a citação desse inquirido (“a policia começou a bater em toda a gente”) surge de tal modo contraditória com o discurso do jornal, das fontes policiais e das outras testemunhas que o contexto discursivo a descredibiliza, acabando por representar uma condição outra, uma diferença face aos restantes sujeitos enunciadores.

potencialmente agudizador da diferenciação e de desconforto, como é sugerido na citação de uma testemunha (“começaram a jogar à bola, aos empurrões uns aos outros e para cima das pessoas”).²³

O actor “segunda geração”

Acontece que a ideia de *diferença perturbadora* pode ter uma leitura a nível macro-social, saltando da escala de um evento específico para um significado acerca da presença numerosa de determinados grupos em Portugal. Os artigos de opinião são importantes no discurso mediático sobre o “arrastão” porque operam a esse outro nível de dicotomização, passando a uma interpretação macro-social. Ao contrário do que acontece com as notícias, onde há especificação de um tipo de actores, existe aqui uma dicotomia quase absoluta entre dois actores colectivos.

Sobre as vítimas do “arrastão” derrama-se um “nós”, que corresponde à enunciação de um posicionamento como membro do colectivo constituído pelos cidadãos de Portugal. Trata-se de construir um “nós” consensual, um discurso do consenso, ao qual se pode opor um “outro” (Fowler, 1991). A posição dos banhistas que estavam na praia de Carcavelos é estendida à sociedade portuguesa e interpela o leitor nessa condição. As repetidas referências a “Portugal”, à “praia portuguesa”, ao “país” ou aos “portugueses” são dísticos que, tal como o uso das formas verbais na primeira pessoa do plural (“níveis de ameaça a que estamos sujeitos”; “temos de depositar nas forças de segurança a expectativa”; “cavaremos a cova da República – e a nossa”),²⁴ elevam a um patamar superior a dicotomia face ao *eles*.

Mas esse *outro* do discurso também já não corresponde simplesmente aos assaltantes ou sequer aos “grupos de jovens” que são o sujeito colectivo dos textos noticiosos. Observe-se dois trechos de artigos do Público.²⁵

[Existe] uma geração perdida de jovens africanos – imigrantes de segunda geração, que têm entre 12 e 20 anos e não têm raízes em África nem futuro aceitável em Portugal – que se revê irresistivelmente na delinquência de gang. Mas o facto deste ‘assalto à praia’ ter sido feito por 500 ou mais protagonistas, mostra algo mais do que um gang em acção: mostra a organização e o progresso de uma cultura agressiva.

O ‘arrastão’ não foi no 10 de Junho por acaso mas porque a segunda geração de africanos quer dizer-nos que não se identifica com Portugal. Há aqui um problema de identidade. Por

²³ “PSP investiga organização” (CM, 11/6/05, p. 8). Quem apanhar um comboio da linha de Sintra ao final da tarde, num fim-de-semana de Verão, pode verificar a presença de numerosos grupos de jovens em calções de banho e com toalhas de praia, de regresso às estações suburbanas. Alguns desses grupos incluem jovens brancos, de ambos os sexos, mas muitos são totalmente compostos por jovens de origem africana. Pelos códigos de comportamento e linguagem, é patente a filiação nas classes populares de uma grande parte destes jovens.

²⁴ Pela ordem respectiva, citações dos artigos “Arrastão em Carcavelos” (CM, 13/6/05), “A espiral da violência urbana” (Público, 14/6/05) e “O ‘arrastão’ do 10 de Junho”, (Público, 13/6/05).

²⁵ Trata-se de excertos dos dois primeiros textos de opinião surgidos no Público a propósito do “arrastão”. O primeiro é extraído de um artigo publicado a 12 de Junho (“Carcavelos: não ver, não saber”), assinado por João Maria Mendes, professor universitário. O segundo trecho faz parte de uma coluna regular do jornal, da autoria de Luís Salgado de Matos, também académico, e foi publicado no dia 13 (“O ‘arrastão’ do 10 de Junho”).

isso, talvez ajudasse se as televisões relatassem o que aconteceu e chamassem preto a um preto em vez de opinarem antes de relatarem.

Neste tipo de discurso, os actores são alvo de mecanismos de colectivização (“uma geração”; “a segunda geração”) ou de genericização (“imigrantes de segunda geração”) que passam a designar todo e qualquer “espécime” de uma categoria social (Van Leuween, 1997). Uma das marcas sintáticas da referência genérica é o uso dos verbos no presente do indicativo, que aponta uma acção universal: “se revê irresistivelmente na delinquência”; “não se identifica com Portugal”. Passa-se portanto para um sujeito colectivo que é primeiramente definido por uma condição, uma pertença comum. Estes discursos fazem, aliás, emergir categorizações que realçam a pertença a esse colectivo “outro” – africanos, imigrantes, pretos, negros.

Por outro lado, o enquadramento feito nestes artigos identifica o problema da “segunda geração” como cultural e identitário, o que é uma das marcas do discurso etnicizador (Vala, Brito e Lopes, 1999). Os jovens “africanos” são caracterizados por possuírem “uma cultura agressiva”, por não terem “raízes em África”, por não se identificarem com Portugal, como noutros artigos se aponta a sua marginalidade cultural face à sociedade portuguesa, escrevendo que vivem “na Cova da Moura ou no bairro 6 de Maio (ou melhor, em África)”.²⁶ Entre os cinco textos de opinião mais extensos, só um não se centra na culturalização do caso, no sentido de enquadrar o problema a partir das características culturais dos protagonistas.

Ao mesmo tempo que culturaliza a diferença, este discurso preocupa-se em desenquadrar qualquer temática socio-económica, desqualificando as desvantagens sociais com ironia sobre o “pobrezinho do gueto” ou através de associações descredibilizadoras: “sei que eles também são vítimas (como Al Capone o foi, filho de imigrantes pobres)”.²⁷

Congruente com esta definição do problema, a solução quase consensual entre os colunistas dos dois jornais é o apelo securitário, o apoio às polícias e a condenação dos que minimizam ou ignoram a ameaça com que a sociedade portuguesa se defronta. Expõe-se, aliás, uma narrativa de inevitabilidade acerca do próprio “arrastão” (“os acontecimentos [...] não deveriam surpreender ninguém”; “só espanta quem não seguiu com a devida atenção”). Inevitabilidade essa que é projectada no futuro, se não se endurecer as medidas políticas (“é apenas uma questão de tempo”; “já pouco se pode esperar da prevenção”; “se constinuarmos a destruir a autoridade do Estado, cavaremos a cova da República”).²⁸

Um caso particular é constituído por um artigo que não desliza para a responsabilização de um grupo social mais alargado, mantendo sempre como objecto explícito os “bandidos de Carcavelos”.²⁹ O interessante

²⁶ Citação do artigo “Os polícias são maus, é?” (CM, 12/6/05)

²⁷ Citações, respectivamente, dos artigos “O ‘arrastão’ do 10 de Junho”, (Público, 13/6/05) e “Os polícias são maus, é?” (CM, 12/6/05).

²⁸ Citações dos artigos “Carcavelos: não ver, não saber” (Público, 12/6/05), “A espiral da violência urbana” (Público, 14/6/05) e “O ‘arrastão’ do 10 de Junho”, (Público, 13/6/05).

²⁹ Artigo “Os polícias são maus, é?”, assinado por Ferreira Fernandes (CM, 12/6/05).

neste texto é que o seu principal tópicos acerca dos delinquentes é o facto deles serem portugueses. A estrutura profunda deste texto é, na verdade, acerca da existência de uma categoria especial de portugueses e da maneira de lidar com eles. O discurso parte, neste caso, daquilo a que se pode caracterizar como “concessão aparente” (van Dijk, 1993), atribuindo a portugalidade aos protagonistas do evento, para depois proceder, ao longo da argumentação, a uma desqualificação desse estatuto, dizendo por exemplo que “é gente nascida em Portugal, que tem vivido em Portugal e que vai continuar a viver em Portugal”, mas que “estão-se nas tintas para o bom nome e os interesses do seu país”. Trata-se de lhes conferir um estatuto de *portugueses diferentes* – assinalado quando se frisa a sua permanência futura em Portugal ou se faz depender a sua portugalidade do comportamento, aspectos que seria estranho enunciar para outros portugueses.

Um excerto do final deste artigo revela, por outro lado, quanta relevância é atribuída à diferença racial pelo olhar da maioria.

Gente capaz de fazer tão mal aos seus mais próximos – não se importando de sujar a maioria dos negros portugueses com um labéu que eles, trabalhadores, não merecem –, gente que escolhe para atacar a praia dos que nem posses têm para ir para as praias da outra banda, só pode ter tratamento de choque. Com polícia.

O facto de se ilibar “a maioria dos negros portugueses” no último parágrafo deste texto, pode ser interpretado como uma estratégia discursiva de salvaguarda, análoga a enunciados semelhantes no final de outros artigos, cuja função é de desmentido face a eventuais leituras críticas. Mas o mais significativo deste trecho é que, dentro de um movimento de demonização dos delinquentes do “arrastão” (“gente capaz de fazer mal aos seus”), se enuncia que os seus actores sociais “mais próximos” são os outros “negros portugueses”. Note-se que esta proposição, tendo como acção central o “sujar com um labéu”, tem como único agente os negros “bandidos de Carcavelos”, omitindo-se qual o agente social cujo olhar põe o estigma nos “outros negros”. Assim, se os “outros negros”, “trabalhadores”, ficam sujos com “um labéu”, mesmo se o “não merecem”, toda a responsabilidade é imputada pelo discurso aos negros delinquentes. Que a “sociedade” estigmatize um grupo racial pelas acções de uma parte dos seus membros é, pois, implicitamente assumido como prática natural e legítima, argumento que provém, de forma clara, do discurso racista.

Conclusão

A forma como o evento foi mediaticamente construído, deslizando de um grupo de assaltantes para um cenário de dicotomização racial e, depois, para a representação de todo um grupo social e para a

politização do seu lugar na sociedade portuguesa, constitui um caso claro de marcação discursiva da diferença nos descendentes de africanos. Constitui, por isso, um momento de forte etnicização simbólica, actuando em cima de eixos de etnicidade já activos no social e reforçando-os potencialmente.

A análise sugere que, perante os casos de delinquência praticada por descendentes de imigrantes africanos, há um discurso predisposto para se dedicar a generalizá-la e a explicá-la por factores culturais ou raciais. Neste discurso – que não é o único existente em Portugal, mas que emerge vigorosamente em certas circunstâncias – não constitui factor importante de caracterização dos “jovens africanos” qualquer aspecto relacionado com precariedade social, com o mercado de trabalho ou com o sistema escolar. O que os caracteriza é que não se integram, vivem “em África”, têm uma cultura deliberadamente agressiva, não resistem à delinquência e não gostam de Portugal.

Ressalta, por outro lado, uma consonância na forma como os vários actores enquadram o evento. Esse consenso revela-se, desde logo, no facto de um “arrastão” apelidado de “incrível”, ter sido, na sua brutal primeira versão, absolutamente crível aos olhos dos que nos dias seguintes reportaram, testemunharam ou emitiram opinião.

A estigmatização e criminalização da “segunda geração”, ou mesmo dos “jovens dos bairros problemáticos”, no seu todo, constituem um movimento ideológico que permite salvaguardar a sociedade portuguesa, colocando o ónus na cultura, na “raça” ou na identidade, e despistando tudo o que sugira desigualdade de oportunidades ou marginalização. É nesse movimento que a mediatização do “arrastão” se insere.

O “evento” não foi exclusivamente construído nos média. Estes serviram de plataforma a um discurso social existente em várias instâncias da sociedade portuguesa acerca dos “jovens africanos”. Um discurso na acepção de Foucault, como conjunto coerente de práticas e linguagens, onde se inserem cidadãos, instituição policial, jornalistas, elites intelectuais e políticas. O que se passou em Carcavelos não foi uma fabricação mediática, mas o pôr em prática um discurso de racialização e estigmatização por um conjunto de actores sociais.

O mesmo discurso permite enfrentar de uma certa maneira a inevitável questão da reconfiguração da identidade nacional. Sendo a integração dos descendentes um dado adquirido, o que está em causa é a modalidade dessa integração. Tal como noutros países da Europa, o processo mais forte de estigmatização simbólica ocorre com a “segunda geração”, não com os próprios imigrantes. A estigmatização e outras formas de marcação da diferença, mesmo algumas aparentemente benignas e “multiculturais”, resultam na construção de *um outro interno*, consolidando uma etnicidade que, concedendo a condição de portugueses, fá-lo re-significando a diferença.

Do lado da minoria, já antes do “arrastão” era possível apontar a importância que o noticiário de casos criminais assumia no conjunto das imagens mediáticas apropriadas pelos descendentes de cabo-verdianos

(Carvalheiro, 2006). A associação mediática entre as populações de origem africana e os problemas de delinquência, como padrão predominante da sua representação, é sentida pelos descendentes como um sinal de rejeição por parte das instituições nacionais.

Referências bibliográficas

ACV - Associação Caboverdiana de Lisboa / IEFP (1999). *Cabo-verdianos: Sociedade e Trabalho – Estudo sobre os recursos humanos da comunidade cabo-verdiana da AML* [CD-Rom].

Albuquerque, R., Ferreira, L. e Viegas, T. (2000). *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório*. Oeiras: Celta.

Back, L. (1996). *New Ethnicities and Urban Culture: Racisms and Multiculture in Young Lives*. Londres: UCL Press.

Baganha, M. I. e Góis, P. (1998/1999). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.

Barker, C. (1999). *Television, Globalization and Cultural Identities*. Buckingham: Open University Press.

Barth, F. (1996). Ethnic groups and boundaries. In J. Hutchinson e A. D. Smith (Eds.), *Ethnicity* (pp.75-82). Oxford: Oxford University Press.

Bastos, J. G. P. e Bastos, S. P. (1999). *Portugal Multicultural*. Lisboa: Fim de Século.

Baumann, G. (1996). *Contesting Culture – Discourses of identity in multi-ethnic London*. Cambridge: Cambridge University Press.

Billig, M. (1995). *Banal Nationalism*. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi: Sage.

Braham, P. (1982). How the media report race. In M. Gurevitch et al. (eds.), *Culture, Society and the Media* (pp. 268-286). Londres/Nova Iorque: Routledge.

Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In AA. VV., *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação* (407-418). Lisboa: Vega.

Carvalho, J. R. (2006). Da representação mediática à recepção política: discursos de uma minoria. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 51, 73-93.

Contador, A. C. (2001). *Cultura Juvenil Negra em Portugal*. Oeiras: Celta.

Cottle, S. (2000). Media research and ethnic minorities: mapping the field. In S. Cottle (ed.), *Ethnic Minorities and the Media* (pp. 1-30). Maidenhead/Philadelphia: Open University Press.

Cunha, I. F. (2002). Imigração e Racismo: 10 anos nos média. In AA.VV., *A Imigração em Portugal* (pp. 406-425). Lisboa: SOS Racismo.

Cunha, I. F. (2003). Imagens da imigração em Portugal. *Media & Jornalismo*, n.º 2, 71-87.

Cunha, I. F. (s/d). A imigração e as minorias na imprensa e na televisão. (<http://bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-telenovelas-brasileiras.html>)

Cunha, I. F., Policarpo, V., Monteiro, T. L. e Figueiras, R. (2002). Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português, *Observatório*, n.º 5, 27-38.

Cunha, I. F., Santos, C. A., Silveirinha, M. J. e Peixinho, A. T. (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Cunha, I. F., Santos, C. A., Silveirinha, M. J. e Peixinho, A. T. (2006). *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Elias, N. (1994). Introduction: a theoretical essay on established and outsider relations. In Norbert Elias e John L. Scotson, *The Established and the Outsiders: a Sociological Enquiry into Community Problems* (pp. XV-LII). Londres: Sage.

Embaixada de Cabo Verde (1999). *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdeana residente em Portugal*. Policopiado.

Eriksen, T. H. (2002). *Ethnicity and Nationalism*. Londres/Stirling: Pluto Press.

Fairclough, N. (2001). The discourse of New Labour: Critical discourse analysis. In M. Wetherell, S. Taylor e S. J. Yates (Eds.), *Discourse as Data* (pp. 229-266). Londres/Milton Keynes: Sage/Open University.

Fowler, R. (1991). *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. Londres: Routledge.

Fradique, T. (2003). *Fixar o Movimento – Representações da música rap em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.

França, L. et al. (1992). *A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Hall, S. (1993). The question of cultural identity. In S. Hall, D. Held e T. McGrew (Eds.), *Modernity and its Futures* (pp. 273-316). Cambridge: Polity Press.

Hall, S. (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Open University Press.

Horta, A. P. B. (2002). Imigração em Portugal: Experiências e Contradições. *História*, n.º 42, 46-53.

Howarth, C. (2002). 'So, you're from Brixton?' – The struggle for recognition and esteem in a stigmatized community. *Ethnicities*, vol. 2 (2), 237-260.

Lopes, Policarpo (2004). Etnicização do espaço e produção de identidade. In AA.VV., *Relações Sociais de Espaço – Homenagem a Jean Remy* (pp. 137-152). Lisboa: Edições Colibri.

Machado, F. L. (2002). *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta.

Machado, F. L. e Abranches, M. (2005). Caminhos limitados de integração social: Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, 67-89.

Machado, F. L., Matias, A. R. e Lela, S. (2005). Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos. *Análise Social*, vol. XL (176), 695-714.

Martins, H. (1997). *Ami Cunhá Cumpadri Pitécu*. Instituto de Ciências Sociais [Dissertação de mestrado].

Milikowski, M. (2000). Exploring a Model of De-Ethnicization: The Case of Turkish Television in the Netherlands. *European Journal of Communication*, vol. 15 (4), 443-468.

Pedro, E. R. (1997). Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In E. R. Pedro (Org.), *Análise Crítica do Discurso* (pp. 19-46). Lisboa: Caminho.

Penedo, C. C. (2003). *O Crime nos Média – O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pires, S. (2002). A Etnicização da Imigração na Imprensa Portuguesa. *Antropológicas*, n.º 6, 247-263.

Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta.

Ponte, C. (2004). *Leituras das Notícias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte.

Porto, M. (2004). Enquadramentos da Mídia e *Política*. In A. C. Rubim (Org.), *Comunicação e Política: Conceitos e abordagens* (pp. 73-104). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.

Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.

Serra, C. (1997). Mitos e realidades da etnicidade. In C. Serra, *Combates pela Mentalidade Sociológica* (pp. 75-196). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Silva, P. A. (2000). Imigração, 'minorias étnicas' e comunidade cigana. In J. L. Garcia (Org.), *Portugal Migrante* (pp. 75-108). Oeiras: Celta.

Silveirinha, M. J. e Peixinho, A. T. (2004). Análise textual assistida por computador. In I. F. Cunha, C. A. Santos, M. J. Silveirinha e A. T. Peixinho, *Media, Imigração e Minorias Étnicas* (pp. 109-130). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Smith, A. D. (1997). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva

Taylor, S. (2001). Locating and conducting discourse analytic research. In M. Wetherell, S. Taylor e S. J. Yates (Eds.), *Discourse as Data* (pp. 5-48) Londres: Sage.

Tsagarousianou, R. (2001). 'A space where one feels at home': Media consumption practices among London's South Asian and Greek Cypriot communities. In R. King e N. Wood (Eds.), *Media and Migration* (pp. 158-172). Londres/Nova Iorque: Routledge.

Vala, J. (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.

Vala, J., Brito, R. e Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Van Dijk, T. A. (1993). *Elite Discourse and Racism*. Londres: Sage.

Van Dijk, T. A.. (1997). Semântica do discurso e ideologia. In E. R. Pedro (Org.), *Análise Crítica do Discurso* (pp. 105-168). Lisboa: Caminho.

Van Dijk, T. A. (2000). New (s) racism: A discourse analytical approach. In S. Cottle (Ed.), *Ethnic Minorities and the Media* (pp. 33-49). Maidenhead: Open University Press.

Van Leeuwen, T. (1997). A representação dos actores sociais. In E. R. Pedro (Org.), *Análise Crítica do Discurso* (pp. 169-222). Lisboa: Caminho.

Waldinger, R. (2001). Symposium on Ethnicity: Rethinking 'race'. *Ethnicities*, vol 1 (1), 9-23.